



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE PEDAGOGIA**

**RAQUEL DE FÁTIMA ZENI
SANDRA ELI VIEIRA PIASSOLI**

**CONSELHO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO
DA ESCOLA**

**CHAPECÓ
2015**

**RAQUEL DE FÁTIMA ZENI
SANDRA ELI VIEIRA PIASSOLI**

**CONSELHO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO
DA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciado em
Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Derlan Trombetta

**CHAPECÓ
2015**

**RAQUEL DE FÁTIMA ZENI
SANDRA ELI VIEIRA PIASSOLI**

**CONSELHO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO
DA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Derlan Trombetta

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Derlan Trombetta – UFFS

Prof^a. Me. Aurélio Lopes Gomes – UFFS

Prof. Esp. Itacir Carlos Valmorbida – Professora na rede Estadual de Chapecó – SC

CONSELHO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Raquel Zeni*

Sandra Eli Vieira Piassoli**

Derlan Trombetta***

Resumo

Este artigo faz uma reflexão em torno das problemáticas que envolvem a efetivação do Conselho de Classe Participativo, num espaço democrático que efetive a participação de todos os sujeitos no planejamento e na avaliação da caminhada pedagógica da turma. O trabalho analisa as possibilidades do Conselho de Classe se constituir num instrumento democrático de planejamento e avaliação do processo pedagógico. A prática investigativa esteve voltada a referenciais bibliográficos, a fim de averiguar a importância que a gestão escolar assume para a efetivação do Conselho de Classe participativo e sua importância no processo avaliativo da escola. Analisa também como se efetiva a participação de todos no Conselho de Classe e aponta mecanismos que garantam a participação dos alunos e dos pais neste ambiente escolar. Os resultados enfatizam que o Conselho de Classe é um espaço que propicia a relação da escola com a comunidade, no entanto a escola precisa estar organizada de forma democrática para garantir a participação de pais e alunos nas atividades desenvolvidas no interior da escola.

Palavras-chaves: Gestão Escolar. Projeto Político-Pedagógico. Avaliação. Conselho de Classe Participativo.

Abstract

This article brings a reflection about the problematic that involves the realization of the Participative Class Council, in a democratic space that makes effective the participation of all the individuals in the planning and in the evaluation of the educational journey of the class. The work analyses the possibilities of the Class Council constitute itself in a democratic instrument of the planning and evaluation of the educational process. The investigative practice was focused in bibliographic references to ascertain the importance that the school management assumes to the implement of the participative Class Council and its importance in the evaluative process of the school. It also analyses how occurs the participation of everybody in the Class Council and it shows mechanisms that guarantee the participation of students and parents in this school environment. The results emphasize that the Class Council is a space that provides the relation between the school and the community, however, the school needs to be organized in a democratic way to guarantee the participation of students and parents in the activities developed in the school.

Keywords: School Management. Pedagogical Political Project. Evaluation. Participative Class Council.

* Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia, 10ª fase, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: raqueldefatimazeni@hotmail.com

** Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia 10ª fase, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: sandrapiassoli@hotmail.com

*** Professor orientador e docente titular da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: derlan.trombetta@uffs.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar o estágio de gestão escolar em uma escola da rede pública de ensino no sétimo semestre do curso de Pedagogia da UFFS no ano de 2013, observamos que é o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola que orienta o processo avaliativo e a organização do Conselho de Classe, bem como, os princípios que norteiam o sistema avaliativo. Vimos também que o PPP indica que o conselho de classe deve acontecer de forma democrática, com a participação de pais, alunos, professores e gestores, no entanto ele não aponta o caminho para acontecer esta participação neste espaço.

Instigados por esta problemática e cientes da relevância que assume o Conselho de Classe para o processo avaliativo da escola e da possibilidade que este instrumento oferece para qualificar o planejamento e a avaliação e para estreitar a relação comunidade/escola, decidimos aprofundar nossos estudos nesta temática. Partimos do Projeto Político-Pedagógico porque ele é o documento que orienta o trabalho escolar e, para ter legitimidade, precisa ser construído de forma democrática e, principalmente, apontar com clareza as concepções de homem, sociedade, conhecimento, educação e de avaliação que devem permear as ações no interior da escola.

Como sabemos que uma escola não consegue efetivar uma boa proposta de educação se não conseguir um efetivo diálogo com a comunidade, acreditamos que o Conselho de Classe pode se constituir num momento e num mecanismo capaz de qualificar tanto o planejamento quanto a avaliação escolar e, também, de melhorar o diálogo e a relação professor/aluno e escola/comunidade. Nisso assentamos a relevância desta pesquisa porque a participação da comunidade escolar é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de ensino oferecida, mas é necessária uma proposta clara de como esta participação deve acontecer.

Para construir esta reflexão sobre o Conselho de Classe, partimos de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema apresentando, inicialmente, alguns marcos históricos e teóricos sobre a constituição do Conselho de Classe no Brasil. Na sequência, procuramos apresentar a importância de se ter clareza do processo avaliativo e participativo na escola e de que esta clareza precisa estar bem expressa e articulada no Projeto Político-Pedagógico. Porém, não é suficiente dizer que o Conselho de Classe é importante para o processo avaliativo e participativo na escola se ele não apontar o caminho para isso se efetivar na escola.

2 A ORIGEM DO CONSELHO DE CLASSE NO BRASIL

São escassas as bibliografias que tratam da origem do Conselho de Classe. De acordo com Rocha (1984) o Conselho de Classe tem sua origem na França, por volta de 1945. Surgiu da necessidade de efetivar um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Em 1959, com a reforma na educação francesa, o Conselho de Classe foi dividido em três categorias: no âmbito da turma, da orientação e do estabelecimento. Pretendia-se organizar o sistema de ensino fundado na observação sistemática dos alunos a fim de oferecer uma educação de acordo com as aptidões.

A introdução do Conselho de Classe, no Brasil, segundo Rocha (1984), se deveu às visitas e estágios de educadores do Rio de Janeiro ao Instituto de Pesquisas Educacionais de Sévres na França em 1958. O modelo de Conselho de Classe trazido pelos educadores cariocas teve grande aceitação no meio educacional brasileiro, contudo acontecia de modo livre em escolas que consideravam sua importância pedagógica. Somente em 1971 tem-se uma abertura na legislação para que as escolas buscassem caminhos para a implantação deste espaço, embora não se tenha uma orientação muito esclarecedora, pois ficou mais pautada na ideia de uma etapa do sistema avaliativo da escola. O Conselho de Classe no Brasil foi estruturado de acordo com os interesses sociais de cada tempo tendo como foco avaliativo o aluno.

Rocha (1984) também afirma que foi o Parecer nº 1.367/73 que instituiu a obrigatoriedade dos Conselhos de Classe no Estado do Rio de Janeiro e com o passar do tempo as instituições educacionais de outros Estados também aderiram à ideia. Porém, não havia, neste período, nem um documento oficial que orientasse, nortear os procedimentos para a sua realização.

Com a abertura democrática dos anos 1980, o Conselho de Classe apresenta-se novamente como uma das possibilidades de provocar mudanças no sistema avaliativo da escola.

Mesmo a década de 80 sendo conhecida como década da desilusão, por não ter se efetivado a democratização do ensino, alguns autores reconhecem o Conselho de Classe como instrumento para a reorganização da escola como um todo. À medida que o Conselho integra os educadores e os demais membros da equipe da escola num fazer coletivo, acredita-se que os alunos possam ser avaliados no seu todo, isto é, sob diversos aspectos do seu processo ensino-aprendizagem (DEBATIN, 2002, p. 16).

Progressivamente, o Conselho de Classe passou a ser percebido como uma instância

avaliativa capaz de identificar se os objetivos educacionais foram atingidos, pois o aluno poderia ser avaliado pelos professores de todas as disciplinas e os mesmos poderiam fazer encaminhamentos em conjunto, reforçando a importância da participação do coletivo na avaliação escolar presente no Conselho de Classe. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, através da afirmação dos princípios de gestão democrática, que a legitimação do Conselho de Classe participativo ganhou mais força:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Na referida Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, o Conselho de Classe configura-se como um instrumento de participação e regulamenta-se como espaço de participação.

No Estado de Santa Catarina temos a Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998, orienta a participação de pais, alunos, professores e técnicos administrativos na realização do Conselho de Classe e especifica de forma clara quem é a comunidade escolar:

Parágrafo único - Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

I - docentes e especialistas lotados e em exercício na instituição;

II - pessoal técnico-administrativo e de serviços lotado e em exercício na instituição;

III - pais ou responsáveis pelos educandos;

IV - educandos matriculados e com frequência regular na instituição.

(SANTA CATARINA, 1998)

Esta Lei amplia a discussão ao propor um Conselho de Classe Participativo com o envolvimento de todos os sujeitos inseridos na comunidade escolar. A Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1998 também orienta que deve haver participação dos pais na proposta pedagógica da escola e da importância da avaliação participativa:

Sendo participativa, a avaliação possibilita dinamizar oportunidades para que professor e aluno tomem consciência da evolução de sua aprendizagem, como momento de ajuda, como mais um instrumento de reflexão sobre o processo, podendo, assim, fazer e refazer caminhos numa permanente atitude investigadora frente ao conhecimento (SANTA CATARINA, 1998, p. 75).

Com esta nova dinâmica organizacional, o Conselho de Classe se constitui como espaço de avaliação da prática educativa, que busca diagnosticar problemas e apontar

soluções, tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes. Dessa forma, todos os envolvidos são responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem. Nesta nova perspectiva, todos os sujeitos podem propor, debater, avaliar e indicar caminhos. Na nova Proposta Curricular de Santa Catarina isso fica bem evidente:

No conjunto dos registros e instrumentos, o espaço coletivo do conselho de classe torna-se *locus* privilegiado. Por seu caráter participativo no processo de avaliação, oportuniza a tomada de decisão coletiva sobre os processos de aprendizagem, tendo como base o percurso formativo na sua integralidade. Daí a importância do envolvimento de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar. Quando tomado nesta dimensão, o conselho de classe estimula constante diálogo desde os sujeitos, os componentes curriculares e áreas do conhecimento, permitindo (re) planejamento de ações, tanto no âmbito da sala de aula, quanto na instituição escolar como um todo (SANTA CATARINA, 2014, p. 47).

É no Projeto Político-Pedagógico (PPP) que estas convicções e intenções devem ser explicitadas, uma vez que é no processo de gestão que se garante mecanismos permanentes de participação dos estudantes e da comunidade, inclusive no processo de avaliação.

3 O LUGAR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA AVALIAÇÃO DIALÓGICA/ PARTICIPATIVA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A escola se constituiu, ao longo do tempo, num espaço privilegiado para os indivíduos se apropriarem dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Segundo Paro (2000) é através dessa apropriação e da análise do seu contexto social que acontece a utilização destes conhecimentos para manter ou transformar a sua realidade. Neste sentido, a instituição de ensino deve ter clareza da função social que exerce e da necessidade de reafirmar seu compromisso na qualidade dos serviços prestados, ou seja, na eficiência alcançada pela apropriação do saber pelo educando. Em termos administrativos, a escola precisa ser avaliada em conjunto e em processo permanente, rompendo com a ideia das decisões serem tomadas nos limites da escola.

Na gestão democrática, todos são chamados a pensar, a avaliar e agir coletivamente diante das necessidades apontadas pelas relações educativas, percorrendo um caminho que se estrutura com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto. Nesse trajeto, a equipe de profissionais vai traçando os objetivos que nortearão a construção das ações cotidianas, encontrando sua forma original de trabalho (DALBEN, 2004, p. 56).

O Projeto Político-Pedagógico da escola apresenta-se como um instrumento

fundamental na relação entre comunidade e equipe gestora. Nesta mesma perspectiva de participação, a Resolução 158/08/CEE/SC orienta que o Projeto Político-Pedagógico escolar deve prever estratégias de relação e aproximação entre equipe gestora e comunidade escolar e ter clareza sobre o processo de avaliação a ser instituído.

Segundo Veiga (2007) o Projeto Político-Pedagógico da escola tem função social, portanto deve redefinir as relações sociais no interior da escola possibilitando práticas democráticas. Também ressalta a importância do Projeto Político-Pedagógico para a gestão democrática participativa:

O projeto político-pedagógico, assim entendido, é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver uma ação coletiva, porque não se constroem projetos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto edifica-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica (VEIGA, 2007, p. 4).

A importância do Projeto Político-Pedagógico também está definido nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 47) que esclarece dizendo que “o Projeto Político-Pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social.” A autonomia pressupõe a capacidade de decidir a partir de normas próprias criadas no coletivo, com a participação de todos seus membros. Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico edifica-se como um instrumento que favorece a tomada de decisões pelo coletivo escolar. A aprovação da recente Proposta Curricular de Santa Catarina reforça esta convicção:

O PPP, como um documento síntese, um instrumento e um movimento da escola, carrega consigo a potencialidade de se transformar em um fio condutor entre o contexto escolar e a comunidade, realçando o envolvimento da família, de modo que esta seja parte das decisões da escola. Cabe à escola, assim, entender os sujeitos nessa relação indissociável com seu entorno (SANTA CATARINA, 2014, p. 41).

Os objetivos propostos pela escola não podem estar desvinculados da realidade de seus alunos, portanto é de fundamental importância que eles próprios possam avaliar e sugerir ações garantindo a apropriação do saber como um direito de toda a população. A gestão democrática da escola pública poderá constituir um caminho para a melhoria da qualidade do ensino se for concebida como um mecanismo capaz de inovar as práticas pedagógicas da escola.

Nessa concepção de gestão, a função da equipe gestora não se restringe ao

desenvolvimento das atividades burocráticas e à organização do trabalho na escola, mas deve pautar-se em ações colegiadas, articuladas com os atores sociais que a compõem.

A escola diante de tantos desafios precisa construir e assumir sua própria identidade e com autonomia construir seu Projeto Político-Pedagógico baseado nos interesses da maioria de seus integrantes. Um dos indicativos fundamentais, segundo Veiga (1995) diz respeito à importância do processo avaliativo e às etapas avaliativas que devem estar fundamentadas no Projeto Político-Pedagógico. A avaliação precisa ser compreendida como um instrumento de democracia e a aprendizagem o resultado de um processo coletivo de diagnósticos.

Porém, a avaliação proposta no Projeto Político-Pedagógico se concretizará se este prever espaços democráticos no interior da escola. É neste contexto que acreditamos ser o Conselho de Classe um dos instrumentos de democratização e de consolidação da proposta do PPP para garantir uma avaliação de cunho democrático e emancipatório.

No Projeto Político-Pedagógico, o processo de avaliação deve ser entendido como atividade dinâmica e sistemática, que ofereça subsídios para a construção de novas práticas pedagógicas que visem o desenvolvimento integral do educando. Portanto, este documento deve orientar a avaliação a ser desenvolvida no Conselho de Classe, a fim de proporcionar práticas avaliativas que garantam a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

A avaliação desenvolvida ao longo do conselho de classe expressa os objetivos da escola delimitados no projeto político-pedagógico. Nesse sentido, é possível afirmar que a avaliação ocorre na escola como um todo, ou seja, na concretização do projeto político pedagógico e no interior da sala de aula como avaliação do processo didático (VEIGA, 2007, p. 11).

A participação e o diálogo entre alunos, pais, professores, gestores e demais membros da comunidade contribuem para que a avaliação seja uma prática democrática voltada para a formação integral do indivíduo. Sendo assim, o Conselho de Classe representa um espaço fundamental para a concretização da avaliação formativa, processual e democrática e a aprendizagem um compromisso de toda a escola.

Os Conselhos de Classes são importantes estratégias, busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agirem em conjunto, primando por uma mudança educacional (LEINDECKER; BASTOS, 2008, p. 5).

A ação participativa é uma estratégia que visa à melhoria da qualidade de ensino e

abre espaços para que o diálogo em relação à aprendizagem aconteça entre os envolvidos e responsáveis do processo educativo especialmente no Conselho de Classe Participativo.

De acordo com Leindecker e Bastos (2008, p. 6) “os diálogos desencadeados no Conselho de Classe farão com que pais, alunos e professores conheçam a escola, o seu fazer pedagógico e tracem novos caminhos para atingirem seus objetivos”. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade, conselhos externos vinculados a processos de socialização educativa na escola e um plano coletivo de ação. Desta forma, o Conselho de Classe configura-se como um espaço importantíssimo no processo de ensinar e aprender.

O Conselho de Classe representa um processo que partilha o poder de decisão sobre o processo didático. O diálogo desenvolve-se em torno da avaliação individual e coletiva. Ampliar o espaço da participação por meio do conselho de classe significa compartilhar o poder. Significa também que a avaliação está voltada para a formação humana e, quando utilizada em função da aprendizagem, é uma prática democrática (VEIGA, 2007, p. 12).

A gestão escolar assume a responsabilidade perante os mecanismos legais em articular a relação comunidade/escola. A formação dos profissionais da educação, gestores e professores também é importante para a efetivação das ações democráticas participativas. A articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são prerrogativas fundamentais para o exercício da democracia e da construção de um processo de gestão democrática.

Os profissionais que atuam na Educação Básica têm o dever de conhecer as especificidades dos trabalhos pedagógicos e respeitar os direitos dos estudantes e de suas famílias. Sendo assim, o Conselho de Classe Participativo apresenta-se como um dos instrumentos de democratização escolar, pois, além de garantir a participação de todos os sujeitos, favorece o planejamento e a avaliação coletiva. Portanto, compreendemos que o Conselho de Classe Participativo amplia o espaço para que a comunidade escolar possa problematizar e compreender as questões apontadas pela prática pedagógica. Neste espaço é possível planejar ações e avaliar na coletividade não só o rendimento escolar do aluno, mas também o processo ensino-aprendizagem como um todo.

4 PLANEJANDO O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

Convictos de que o Projeto Político-Pedagógico é o horizonte para as ações a serem

desenvolvidas na escola, o Conselho de Classe Participativo deve acontecer a partir das orientações deste documento. A Resolução 158/08/CEE/SC orienta que a avaliação é um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, abrangendo a atuação do professor, o desempenho do aluno e também os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino. Reforçando isso:

A Proposta Curricular de Santa Catarina, ao longo de sua trajetória, vem sinalizando que o Projeto Político-Pedagógico das escolas constitui, também, espaço e movimento da avaliação institucional. Neste sentido esta dimensão da avaliação está ancorada nos processos coletivos de avaliação da aprendizagem especialmente nos espaços de planejamento e nos **conselhos de classe** (SANTA CATARINA, 2014, p. 48, grifo nosso).

A participação de todos os sujeitos no processo avaliativo da escola é fundamental, porém necessitamos ter clareza dos objetivos que envolvem a participação coletiva. Por isso compartilhamos das convicções de Veiga (1995, p. 32): “O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a preposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva”.

Pensando o Conselho de Classe Participativo, nesta perspectiva, apontamos para a necessidade de que ele seja organizado em três momentos que se completam:

Primeiro, **descrição e a problematização da realidade escolar**. Muitas coisas se naturalizam na escola, se tornam rotina e se repetem indefinidamente. Se os gestores, junto com os docentes e com a participação da comunidade, não privilegiarem momentos de avaliação e reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana, as coisas não mudam e as contradições e conflitos se cristalizarão na prática cotidiana.

Mas o grande dilema é como avaliar, quando avaliar, quem avalia. Se não houver uma boa estratégia, as boas intenções vão por água abaixo. Os gestores e os professores precisam ver a avaliação pra além das provas e testes, como um compromisso ético com o seu trabalho e com os educandos e a sociedade. Um Conselho de Classe que se propõe participativo precisa saber ouvir todos os sujeitos. Para ouvir a todos é preciso ter uma metodologia, uma estratégia. Não basta reunir todos numa mesma sala e deixar falar. É preciso garantir espaços e momentos em que todos possam falar.

Para isso, precisamos saber o que perguntar aos educandos, aos pais e aos professores. Precisamos saber como perguntar, como registrar o que dizem e, principalmente, interpretar o que eles dizem. A escola é, acima de tudo, um lugar de relações: precisamos ouvir dos educandos como eles percebem os conflitos entre eles, os conflitos com o professor e com a escola. Mas, também, ouvir o que eles gostam das relações da turma, do professor, da escola.

Isso também é currículo, precisa ser levado em consideração na avaliação e precisa ser debatido abertamente num Conselho de Classe.

Segundo, **a compreensão crítica da realidade**. Não é suficiente ter dados, estatísticas, informações, relatos se não soubermos o que fazer com eles. Precisamos fugir do senso comum que tem transformado o Conselho de Classe um lugar de rótulos, de queixas, de sentenças estéreis. Precisamos exercitar o diálogo crítico, consequente. O diálogo que não fica na aparência, mas que vai à raiz das questões para elucidá-las e torná-las compreensíveis e, assim, tornar possível encaminhamentos, compromissos, mudanças.

Terceiro, **a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva**. O Conselho de Classe que não produz entendimentos, compromissos e encaminhamentos é estéril e só produz desgaste. O Conselho de Classe é um momento de construir acordos, compromissos. É também um momento de mobilização, de sair de um lugar – de queixa, de pessimismo, de imobilismo – para um lugar da possibilidade, onde o cotidiano passa a ser assumido por todos, como seu, como desejável e possível. Se não ousarmos, de forma corajosa e criativa, o novo, permaneceremos atolados no pântano da desconfiança e do pessimismo: precisamos sair da zona de conforto. Do contrário, qualquer Projeto Pedagógico será inútil.

A participação da comunidade na escola não acontece ao acaso. Segundo Paro (2000, p. 17), “a participação da comunidade na escola, como processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação”. Gestores e professores, além de estarem convencidos da importância das práticas democráticas, precisam concretizar as ações participativas.

Uma das questões que limitam a relação comunidade escola são as práticas autoritárias. A gestão escolar não pode ser exercida com autoritarismo, como também, não deve se dar a relação pedagógica entre professores e alunos. Outra questão observada por Paro (2000) é sobre a visão distorcida de professores e gestores ao alegarem que a comunidade não demonstra interesse em participar das ações no interior da escola. No entanto, segundo pesquisas do autor citado acima, há uma falta de aproximação da escola com os reais problemas e interesses da comunidade e isso faz com que a comunidade se desmotive a participar, não se identificando com a escola, muito menos com a realidade dos membros usuários da escola.

A gestão escolar pode contribuir para o Conselho de Classe Participativo se propiciar que a escola adote como centralidade o diálogo e a colaboração. Pois, segundo Paro (2000, p.

25) “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo percebemos as transformações ocorridas no âmbito da estruturação do Conselho de Classe escolar e também as dificuldades de romper com o tradicional modelo implantado no Brasil em que avaliação está apenas centrada no aluno. O desafio encontra-se na abolição do sistema avaliativo classificatório instituído no âmbito do Conselho de Classe e, o mais importante, que haja a compreensão de todos os membros escolares sobre a real função deste espaço e sua importância para o processo ensino-aprendizagem.

As normas vigentes orientam que o Conselho de Classe deve ser participativo, porém a escola precisa estar organizada de forma democrática para garantir a participação de pais e alunos nas atividades desenvolvidas no interior da escola. Pais, alunos, professores e gestores devem ter ciência da importância de que cada um é peça importante neste processo e fundamental para a melhoria na qualidade do ensino. Pois, não basta assinar a ata de participação: é necessário participar do planejamento e buscar no coletivo a efetivação dos objetivos propostos.

O Conselho de Classe como instância avaliativa tem a função de aferir se o planejamento escolar está sendo efetivado na prática, com a contribuição de todos os envolvidos promovendo ações para a superação de dificuldades. Sendo assim, o Conselho de Classe deixa de ser um momento de avaliar o aluno e passa a ser um espaço de reflexão avaliativa da prática, consiste em uma atuação que visa à evolução da qualidade do ensino oferecido pela instituição e uma melhor organização pedagógica.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico é necessário considerar a própria escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundado na reflexão, na participação individual e coletiva de todos os seus membros, conferindo a todos poder de decisão. A partir disso, novas relações de poder poderão ser construídas na dinâmica interna da sala de aula e da escola.

A avaliação não pode ser um instrumento de classificação e exclusão, mas um instrumento que proporciona o desenvolvimento das capacidades do aluno. Para tanto, a escola carece reservar o espaço do Conselho de Classe para a reflexão das ações educativas realizadas em seu interior e que objetive a inserção do aluno crítico e reflexivo na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 9 abr. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Lei Complementar n. 170, de 07 de agosto de 1998.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. D.O/SC de 07 ago. 1998. SINEP/SC.

_____. **Resolução 158/08/CEE/SC.** Brasília, 2010.

DALBEN, Maria Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e avaliação:** perspectiva na gestão pedagógica na escola. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

DEBATIN, Marisa. **O Conselho de Classe e sua relação com a avaliação escolar:** um estudo em escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Florianópolis/SC. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LEINDECKER, Alice Magalhães; BASTOS, Carmen Célia B. Correia. **Conselho de Classe:** uma experiência de participação democrática na escola. Cascavel: Universidade do Oeste do Paraná Campus Cascavel, Programa de Desenvolvimento Educacional PDE, 2008. 32 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_unioeste_ped_artigo_alice_magalhaes_leindecker.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ROCHA, Any Dutra. **Conselho de Classe:** burocratização ou participação? 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina.** Florianópolis: COGEN, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe:** instrumentos da organização do trabalho. 2007. 15 p. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/176.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.